

AXIA ENERGIA

TERMO DE REFERÊNCIA – TR FUNDOS REGIONAIS

TR-EEFNE-2026-005

**Contratação de serviços de consultoria para apoiar a Elaboração do
Plano Integrado de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do
Rio Parnaíba (PIRH Parnaíba)**

MARÇO/2026

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

REVISÃO N° 0		11/03/2026
Itens Alterados	Descrição	
-	Emissão Inicial	
REVISÃO N° 1		13/03/2026
Itens Alterados	Descrição	
3.3.1	Para substituir a informação de estação fluviométrica para automática fluviométrica	
3.5.2	Para incluir objetivo específico que trata de definição de prioridades para conservação, uso racional e recuperação dos corpos hídricos	
3.8	Para acrescentar conteúdo esperado no Produto 3 - Prognóstico	
4.1	Para retificar requisitos de qualificação técnica do portfólio e das experiências prévias da Proponente (Pessoa Jurídica)	
4.2.1	Para retirar exigência de qualificação de membros da equipe técnica	
11	Para incluir os estados do Ceará, do Maranhão e a ANA como atores partícipes no processo de aceitação dos serviços a serem contratados	
16.1	Para permitir a participação de consórcios no processo de contratação	
Elaboração		Verificação
EEFNE		EEFPC



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. DEFINIÇÕES UTILIZADAS	4
3. OBJETO DE CONTRATAÇÃO	6
4. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS	19
5. HABILITAÇÃO TÉCNICA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS	23
6. REIDI.....	26
7. PRAZOS E MARCOS CONTRATUAIS	26
8. LOCAL DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	27
9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA	28
10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE	30
11. FATURAMENTO E PAGAMENTO	30
12. INSTRUÇÕES GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO	31
13. SUBCONTRATAÇÃO E SUBFORNECIMENTO.....	31
14. GESTÃO DO PROJETO.....	31
15. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	33
16. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO	33
17. VISITAS TÉCNICAS	34
18. SANÇÕES E PENALIDADES	34
19. MATRIZ DE RISCOS	34
20. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	34
21. GARANTIA DE EXECUÇÃO	35
22. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35
23. APÊNDICES	35
REFERÊNCIAS	36



1. APRESENTAÇÃO

O Termo de Referência (TR) orienta a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Parnaíba e seus afluentes (de agora em diante PIRH Parnaíba), que se dará por meio da contratação de um serviço técnico especializado para a execução.

Na elaboração deste TR foram consideradas a Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Resolução CNRH nº 145/2012 (ou a que a substituir), que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, além de outras legislações em nível Federal e Estadual, as quais fundamentam e orientam a implementação dessas políticas, tomando por unidade de estudo e planejamento a Região Hidrográfica do Rio Parnaíba.

A gestão das águas deve se dar a partir de um processo técnico e político, de planejamento estratégico, envolvendo representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade, fundamentado em um modelo de gerenciamento integrado de recursos hídricos, tendo como eixo central a compatibilização entre a disponibilidade hídrica e a demanda de água pelos diferentes setores, sob a perspectiva de proteção e conservação desse recurso.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) foi instituído pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018. Inicialmente, houve atuação da Diretoria Provisória, designada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por meio da Portaria nº 1, de 12 de junho de 2018, com a missão de coordenar a mobilização e o processo eleitoral para a instalação do Comitê, além de elaborar seu primeiro Regimento Interno.

O processo de instalação do CBH Parnaíba ficou suspenso no período de 2020 a 2022, em função da pandemia provocada pelo Coronavírus, e foi oficialmente instalado, com a posse das entidades eleitas (gestão 2023/2027), no dia 08 de novembro de 2023, em Teresina - PI. A eleição da Diretoria do CBH ficou *sub judice* até 2025, por processo impetrado por uma das chapas participantes, e houve novo processo eleitoral para a Diretoria. A nova eleição e posse da diretoria foi realizada em Plenária Extraordinária ocorrida no dia 28 de agosto de 2025, em Teresina - PI, finalizando o processo de instalação do comitê.

Este TR estabelece os procedimentos para nortear a estruturação do processo de desenvolvimento técnico e participativo da elaboração do PIRH Parnaíba, que se constitui em um instrumento de gestão fundamental ao balizamento técnico, político institucional e operacional das ações a serem desenvolvidas na região hidrográfica.

2. DEFINIÇÕES UTILIZADAS

CONTRATADA

Pessoa jurídica signatária de contrato com a AXIA ENERGIA visando o atendimento ao objetivo do presente Termo de Referência.

COORDENADOR GERAL

Profissional vinculado à CONTRATADA, indicado para a condução técnica do projeto indicado no contrato, respondendo legalmente pelas atribuições profissionais que lhe são pertinentes e atuando como preposto junto à gestão do projeto designada pelo CONTRATANTE.

Classificação: Pública



CRONOGRAMA DO PROJETO

Documento onde são relacionadas todas as atividades necessárias para completar todo o escopo do projeto, mediante sequenciamento lógico e determinação das estimativas das durações dessas atividades.

FISCALIZAÇÃO

A AXIA Em execução do objeto contratual.

FORNECIMENTO

O ato de suprir o objeto da contratação com desenhos, materiais, equipamentos e serviços necessários ao seu desenvolvimento, conforme especificado na documentação contratual.

GESTOR DO PROJETO

Pessoa designada pela AXIA Energia, responsável pela coordenação, planejamento e controle da execução do projeto, visando o alcance dos objetivos estratégicos.

LISTA DE RISCO

Lista contendo relação inicial de todos os riscos identificados pela contratada para execução de todo o projeto, que servirá de base para a elaboração do plano de gerenciamento de risco do projeto. Essa lista não deve ser confundida com a Matriz de Risco que trata dos riscos referentes ao escopo do contrato para elaboração da proposta comercial.

MATRIZ DE RISCO

Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

PLANILHA DE PREÇOS

É a relação de todos os serviços, materiais e equipamentos que compõem o preço global do fornecimento, com as respectivas unidades de medida, quantidades e preços unitários, calculados a partir dos projetos, cronograma, especificações técnicas e critérios de medição.

PROPONENTE

Pessoa jurídica responsável pela apresentação de proposta.

PROJETO

Conjunto de atividades e obrigações, a serem implementados pela CONTRATADA, a fim de atender aos objetivos do cliente pressupostos ao contrato e a este Termo de Referência.

PROPOSTA

Documentação apresentada pela PROPONENTE, em consonância com os requisitos exigidos para qualificação técnica e execução de serviço objeto deste Termo de Referência.



3. OBJETO DE CONTRATAÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada para apoio à elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Parnaíba (PIRH Parnaíba) e dos Planos de Recursos Hídricos das bacias de rios afluentes ao Parnaíba (PRHs).

3.2. Por tratar-se de serviços de natureza predominantemente intelectual, tendo por objeto a elaboração de estudos técnicos, necessário se faz que em sua realização seja empregada a técnica capaz de proporcionar a qualidade indispensável para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados ao objeto desta contratação.

3.3. CONTEXTO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

3.3.1. A Região Hidrográfica do Rio Parnaíba

Com aproximadamente 332.500 km² (3,9% do território nacional), a Região Hidrográfica do Rio Parnaíba (BHRP)¹ é considerada uma das mais importantes da região Nordeste. Constitui na sua totalidade uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras definidas pela Resolução CNRH n°32 de 2003, denominada Região Hidrográfica do Parnaíba. Tem como divisor de águas no limite sul a Serra da Tabatinga, que a separa da Região Hidrográfica do São Francisco. A oeste limita-se com a Bacia do Rio Itapecuru e a leste com as Bacias dos rios Jaguaribe-Acaraú.

Seus limites geográficos abrangem três estados brasileiros, sendo que a maior parte se estende sobre o estado do Piauí, ocupando 75% da área total da bacia (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O restante da bacia é constituído por parte dos estados do Maranhão e Ceará, representando 20% e 5% da área respectivamente (ANA, 2017).

Tabela 1. Distribuição da Área da BHRP por estado integrante

Estado	Área do Estado pertencente à BHRP (Km ²)	N° de municípios	%
Ceará	16.590	19	5%
Maranhão	65.873	36	20%
Piauí	250.065	223	75%
Total	332.528	278	100%

Fonte: Codevasf, 2020.

A BHRP abrange 278 municípios, dos quais, 36 situam-se no estado do Maranhão, 223 no Piauí e 19 no Ceará, totalizando aproximadamente 4,7 milhões de habitantes, segundo último censo realizado. São, na grande maioria, municípios pouco populosos, sendo que mais da metade (62%) apresentam população total inferior a 10 mil habitantes (CODEVASF, 2020).

Uma das características mais peculiares da BHRP diz respeito a presença concomitante de rios perenes e intermitentes. Este fato se deve pela inserção da BHRP em uma zona de transição climatológica, composta pelo semiárido nordestino, na porção leste e sudeste da bacia, e a região

¹ Limites definidos pela CODEVASF, ANA e Consórcio a partir dos dados vetoriais utilizados neste diagnóstico e, processados em ambiente SIG. Os valores, portanto, podem divergir de outras publicações, como por exemplo, do Plano Nacional de Recursos Hídricos (MMA, 2006).



pré-amazônica, no seu lado oeste, caracterizada pelas altas precipitações pluviométricas e boa cobertura vegetal proporcionada pelas florestas. Aproximadamente 66% ou 218.698km² da área total da BHRP está inserida no polígono do semiárido brasileiro (CODEVASF, 2020).

Devido a extensão da BHRP e as distinções frente ao regime hídrico, tendo o objetivo de orientar o planejamento e a gestão sustentável no aproveitamento de seus recursos hídricos, a BHRP foi subdividida em sub-bacias menores, denominadas Unidades de Planejamento Hidrológico (UPHs). Dessa forma, foram definidas 10 unidades de planejamento², assim configuradas:

- UPH do Balsas: compreende a bacia hidrográfica do Rio das Balsas;
- UPH do Alto Parnaíba: compreende a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, das nascentes até a confluência do Rio das Balsas;
- UPH do Gurguêia: compreende as bacias do Rio Gurguêia e do Riacho da Corrente;
- UPH do Itaueiras: compreende a bacia do rio Itaueiras;
- UPH do Canindé: compreende a bacia do Rio Canindé;
- UPH do Poti: compreende a bacia do Rio Poti;
- UPH do Longá: compreende a bacia do Rio Longá;
- UPH da Boa Esperança: compreende a bacia do Rio Parnaíba entre a confluência do Alto Parnaíba, Rio Uruçuí Preto e Balsas, até a estação automática fluviométrica - código ANA 34311000 na ponte da BR-230, onde ocorre a divisa entre os municípios de Barão do Grajaú (MA) e Floriano (PI);
- UPH do Médio Parnaíba: compreende a bacia do Rio Parnaíba entre a ponte da BR-230, na estação fluviométrica 34311000 e a estação fluviométrica 34820000 no município de Coelho Neto situado a jusante de Teresina, excluindo-se as UPHs do Itaueiras, Canindé e Poti;
- UPH do Baixo Parnaíba: compreende a bacia do Rio Parnaíba no trecho que compreende desde a estação fluviométrica 34820000, no município de Coelho Neto, até a foz no Delta do Rio Parnaíba, excluindo-se a UPH do Longá.

A Tabela 2 ilustra a divisão espacial da BHRP nas unidades de planejamento hidrológica evidenciando as principais características quanto a população e áreas de abrangência. A Figura 1 apresenta a localização da BHRP no contexto geográfico do país, com destaque para as unidades de planejamento definidas.

² A definição e delimitação das Unidades de Planejamento Hidrológico foram discutidas e validadas pela equipe técnica da CODEVASF e da ANA.

Tabela 2- Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em Unidades de Planejamento Hidrológico³.

Unidade Fisiog.	Unidade de Planej. Hidrol. (UPH)	Sigla	Rio Principal	População					Áreas (km²)			No. Mun
				Urbana (hab)	Rural (hab)	Total (hab)	Dens. Demog. (hab/km²)	% da Pop da UPH na BHRP	Área Total da UPH (km²)	Área da UPH adotada (km²)	% da UPH na BHRP	
Alto Parnaíba	Alto Parnaíba	AP	Alto Parnaíba	49.527	26.277	75.804	1,63	1,61	51.697	51.800	15,58	8
	Balsas	BA	Balsas	115.562	43.759	159.321	4,72	3,38	25.604	25.600	7,70	8
	Boa Esperança	BE	Parnaíba	56.887	25.782	82.669	5,44	1,75	12.807	12.800	3,85	11
	Gurguéia	GU	Gurguéia	107.559	83.410	190.969	3,73	4,05	49.917	49.900	15,00	25
	Itaueiras	IT	Itaueiras	61.806	16.498	78.304	10,17	1,66	10.239	10.200	3,07	4
Médio Parnaíba	Canindé	CA	Canindé	327.678	373.399	701.077	8,88	14,88	75.114	75.100	22,59	90
	Médio Parnaíba	MP	Parnaíba	367.077	166.004	533.081	22,24	11,31	16.246	16.300	4,90	18
	Poti	PO	Poti	1.152.448	345.238	1.497.686	27,35	31,79	52.157	52.200	15,70	52
Baixo Parnaíba	Baixo Parnaíba	BP	Parnaíba	391.798	352.560	744.358	32,37	15,80	14.396	14.400	4,33	31
	Longá	LO	Longá	367.176	281.391	648.567	26,14	13,76	24.178	24.200	7,28	31
Totais				2.997.518	1.714.318	4.711.836		100%	332.355	332.500	100%	278

³ A fim de simplificação os valores de áreas considerados na redação deste relatório foram arredondados.

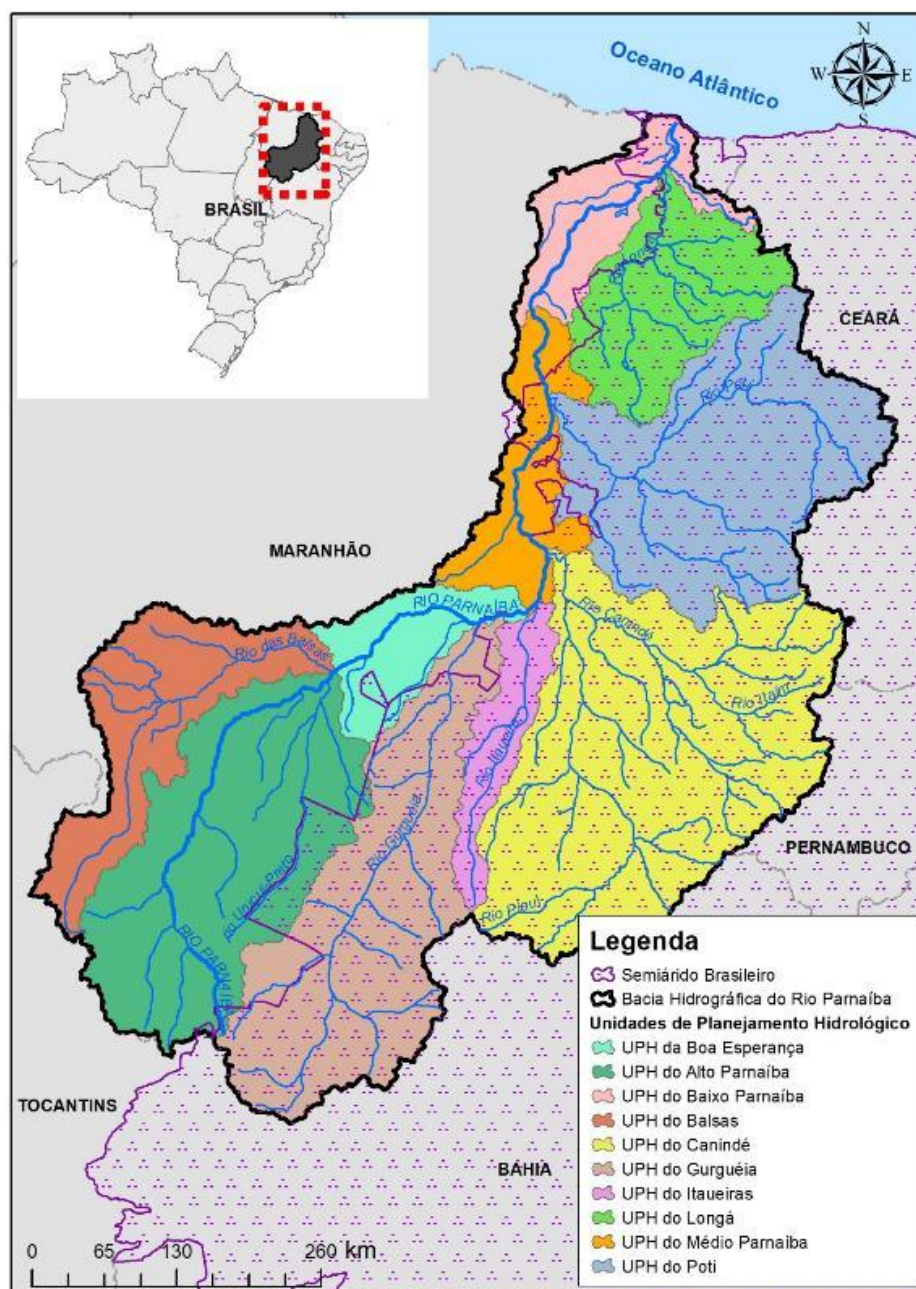


Figura 1- Localização da BHRP e Unidades de Planejamento Propostas

3.3.2. A Região Hidrográfica do Rio Parnaíba

A bacia do Rio Parnaíba encontra-se representada na BHO em escala 1:100.000, a maior escala disponível na cartografia sistemática nacional. Incluindo os trechos de drenagem e as áreas de contribuição hidrográfica que, embora não conectadas à rede de drenagem do curso d'água principal do Rio Parnaíba, drenam a área dos canais do Delta. Parte destes localiza-se em área da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental (a Oeste, no Estado do Maranhão) e parte em área da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental (a Leste, no Estado do Piauí).

Dentre os principais rios que formam a BHRP tem-se o próprio rio Parnaíba, o rio Balsas, Uruçui Preto, Gurguéia, Itaueiras, Canindé, Poti e o rio Longá.



Conforme ANA (2005a), o rio Parnaíba é o segundo mais importante da região Nordeste, após o rio São Francisco. Suas nascentes se formam nos municípios de Alto Parnaíba (MA), Barreiras dos Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI), nos contrafortes da Chapada das Mangabeiras, divisa com Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, a uma altitude de aproximadamente 800m. Com curso total de 1.430 km, deságua em forma de delta no Oceano Atlântico, nos municípios de Araioses e Ilha Grande, sendo conhecido com o “Delta das Américas”, o terceiro maior do mundo.

Seu principal tributário pela margem esquerda é o rio Balsas, sendo os demais rios citados contribuintes pela margem direita, configurando a BHRP em formato assimétrico. Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** estão ilustradas as características mais relevantes dos principais cursos tributários do rio Parnaíba.

Tabela 3- Características dos principais tributários do rio Parnaíba.

Rio	Principais características	Nascente	Extensão
Rio Balsas	Constitui o principal afluente da margem esquerda do rio Parnaíba. É perene em toda a sua extensão e drena uma área de aproximadamente 25.600 km ² .	Entre as Chapadas das Mangabeiras e a Serra dos Penitentes, em cota acima dos 700, no município de Balsas, no Estado do Maranhão.	525 km
Rio Uruçuí Preto	É intermitente da nascente até o lugarejo de Pedra. Somente a partir da confluência do riacho Quilombos passa à condição de rio perene até sua foz no rio Parnaíba, em um percurso de 80 km.	Entre as serras das Guaribas e dos Patos, na cota 600, nos municípios de Gilbués e Santa Filomena, ambos no Piauí.	300 km
Rio Gurguéia	Drena terrenos pertencentes à unidade morfoclimática de contato entre o cerrado e a caatinga. No alto curso, o rio apresenta-se com um regime intermitente, tornando-se perene a medida em que se aproxima da sua foz no rio Parnaíba. Sua bacia abrange uma superfície de aproximadamente 49.900km ² .	Entre as serras de Alagoinhas e Santa Marta, na cota 500 m, nos municípios de Sebastião Barros, Cristalândia do Piauí e São Gonçalo do Gurguéia, no Estado do Piauí.	532 km
Rio Itaueiras	Este tributário apresenta-se com regime intermitente em todo o seu alto, médio e baixo curso. Sua bacia drena uma superfície de aproximadamente 10.200 km ² .	Chapada dos Gerais, em cota 700 m, nos municípios de Caracol (PI) e Guaribas (PI).	300 km
Rio Canindé.	Apresenta-se com um regime intermitente em seu alto, médio e baixo curso, achando-se completamente inserido na zona semiárida. Sua bacia drena uma área de aproximadamente 75.100 km ² .	Serra Dois Irmãos, no município de Acauã (PI), a uma altitude de 600 m.	350 km
Rio Poti	Apresenta-se intermitente em seu alto e médio curso e perene no baixo. Sua bacia abrange uma superfície de aproximadamente 52.200 km ²	Contrafortes orientais da Serra Grande, em cota de 600 m, nos municípios de Quiterianópolis e Independência, no Estado do Ceará.	350 km
Rio Longá	Trata-se de um rio perene no médio e baixo curso, drenando uma área de aproximadamente 24.200 km ² .	Município de Alto Longá (PI), a 12 km da sede, em altitude de 150 m.	320 km

3.3.3. O Arranjo Institucional para Gestão dos Recursos Hídricos



No âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, a região hidrográfica do rio Parnaíba conta com a presença dos seguintes órgãos gestores de recursos hídricos com atuação regulatória, de acordo com a respectiva dominialidade das águas: Agência Nacional de Águas – ANA (corpos hídricos de domínio da União), criada pela Lei Federal nº 9.984/2000; Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH/CE, criada pela Lei nº 11.306, de 1º de abril de 1987 e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, criada pela Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, para corpos hídricos de domínio do Estado do Ceará, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMARH/PI, criada por meio da Lei Estadual nº 4.797, de 24 de outubro de 1995, para corpos hídricos de domínio do Estado do Piauí; e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA, criada pela Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004, para corpos hídricos de domínio do Estado do Maranhão.

Atualmente, o CBH Parnaíba, criado por meio de Decreto Presidencial nº 9.335, de 5 de abril de 2018, é formado por 40 membros titulares e 40 suplentes, na proporcionalidade de 30% do segmento do Poder Público, 40% de Usuários e 30% da Sociedade Civil. Responsável por importantes decisões sobre a gestão dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Rio Parnaíba, o Comitê conta com o apoio de três câmaras técnicas permanentes: Institucional e Legal – CTIL; de Planejamento Integrado – CTPI; e de Capacitação, Educação Ambiental e Comunicação – CTCE.

Existem atualmente **5 comitês de bacias afluentes ao rio Parnaíba**, sendo 2 cearenses (Comitê da Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús, criado pelo Decreto estadual nº 31.061, de 22 de novembro de 2012, e o Comitê da Bacia Hidrográfica da Serra da Ibiapaba, criado pelo Decreto estadual nº 31.062, de 22 de novembro de 2012), 2 piauienses (o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Canindé e Piauí, criado pelo Decreto Estadual nº 13.585, de 18/03/2009, e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Gurguéia, criado pelo Decreto Estadual nº 15.562, de 14/03/2014) e 1 maranhense (Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Balsas e Afluentes Maranhenses do Alto Parnaíba, criado pelo Decreto Estadual nº 36.579, de 10 de março de 2021).

A discussão se dará no âmbito da Câmara de Planejamento Integrado – CTPI e da Diretoria Colegiada do CBH Parnaíba. A CTPI é composta por 18 representantes, incluindo um representante de cada órgão gestor estadual de recursos hídricos, da Agência Nacional de Águas e de cada CBH estadual. Cada CBH/UGH terá uma instância de acompanhamento (Resolução 145/2012).

Cumpra à CONTRATADA tomar ciência de que todos os serviços a serem desenvolvidos no âmbito contratual deverão obrigatoriamente passar por validação da CTPI, com o apoio técnico da ANA, previamente à sua aprovação a ser realizada pelo CONTRATANTE.

3.4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Com o processo de instalação finalizado em 2025, o CBH Parnaíba dá início às suas atribuições, sendo uma delas a de aprovar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Parnaíba, objeto desta contratação. A elaboração do PIRH Parnaíba consta como meta do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH **2022-2040** e dos Planos de Trabalho assinados pela ANA com cada um dos estados no âmbito do Pacto de Governança da Água.



Além disso, a elaboração dos PRHs de forma conjunta com o PIRH Parnaíba permitirá fundamentar ações para a gestão compartilhada e para o uso múltiplo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, conciliando o quadro atual existente de demandas, disponibilidade e qualidade de água com as especificidades das bacias afluentes, de maneira que eles sejam elaborados de forma integrada e se constituam como importante instrumento de gestão para a RH do rio Parnaíba.

3.5. OBJETIVOS

3.5.1. Objetivo Geral

Contratação de empresa especializada para elaborar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Parnaíba (PIRH Parnaíba) e dos Planos de Recursos Hídricos das bacias de rios afluentes ao Parnaíba (PRHs).

3.5.2. Objetivos Específicos

- I. Atualizar o estado da arte sobre a situação dos recursos hídricos na RH Parnaíba, em seus aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, legais e político-institucionais;
- II. Estabelecer o balanço entre a disponibilidade e demanda existente, considerando a quantidade e qualidade dos recursos superficiais e subterrâneos e identificando os conflitos atuais e potenciais, levando em conta os planos setoriais, regionais e locais existentes ou previstos;
- III. Definir áreas sujeitas à restrição de uso e com risco de eventos extremos;
- IV. Propor as prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, em especial em áreas consideradas conflitivas;
- V. Construir um instrumento fortemente pactuado e integrado com as bacias afluentes, com uma estrutura de programas e ações de curto, médio e longo prazo para o PIRH Parnaíba e para os PRHs, com as respectivas previsões orçamentárias;
- VI. Identificar políticas, planos, programas e projetos setoriais que interfiram nos recursos hídricos e estabelecer estratégias para integração entre as políticas setoriais e de recursos hídricos, garantindo que a implementação dos instrumentos de gestão hídrica contribua diretamente para a execução das ações e o alcance das metas das políticas e planos setoriais;
- VII. Propor critérios para priorização das ações previstas no âmbito da estrutura de programas e ações do PIRH Parnaíba e dos PRHs;
- VIII. Discriminar as ações/projetos que poderão ser financiadas via recursos da desestatização da Eletrobras (atual AXIA Energia), com detalhamento técnico necessário



para submissão do projeto ao Comitê Gestor das **Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos – CPR São Francisco/Parnaíba;**

- IX. Definição de prioridades para conservação, uso racional e recuperação dos corpos hídricos;
- X. Avaliar a necessidade de elaboração ou alteração de normas vigentes (leis, decretos, resoluções, portarias etc.) para permitir ou facilitar a implementação das intervenções e, se avaliadas como necessárias, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração e as instituições responsáveis pela sua edição;
- XI. Avaliar a necessidade de celebração de acordos institucionais (pactos de gestão, marcos regulatórios etc.) que permitam ou facilitem a implementação da intervenção e, se avaliados como necessários, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração;
- XII. Propor métricas e indicadores de desempenho e de resultados para acompanhamento da implementação das ações do PIRH Parnaíba e dos PRHs e seus impactos na gestão da bacia ou nas condições quali-quantitativas dos corpos d'água;
- XIII. Identificar estratégias para acompanhamento e divulgação à sociedade do estágio de desenvolvimento das ações selecionadas e em efetiva implementação;
- XIV. Propor o Manual Operativo do Plano (MOP) para o PIRH Parnaíba e para os PRHs, com base nas ações priorizadas dentre as ações definidas, contemplando o detalhamento dessas ações, os fluxogramas das atividades relacionadas a cada ação e a identificação dos atores responsáveis pela execução das atividades; e
- XV. Constituir base de dados referente ao conteúdo abordado na elaboração do PIRH Parnaíba e dos PRHs, que possa ser usada para a gestão da RH Parnaíba pelos entes do SINGREH.

3.6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, chamada lei das águas, define no artigo 1º, inciso VI que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades”; da mesma forma no inciso V, define que “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

O Plano de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão definidos pela Política, juntamente com o enquadramento dos corpos de água em classes, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos e Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). O Plano de Recursos Hídricos é um instrumento fundamental para consolidar e orientar as ações voltadas à compatibilização dos usos múltiplos das águas na bacia e deve ser elaborado por bacia hidrográfica, por estado e para o país.



A elaboração dos Planos de Recursos Hídricos segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por meio da Resolução nº 145/2012. Esta resolução está passando por um processo de revisão, em atendimento às diretrizes, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040, e suas alterações devem ser incorporadas na elaboração do PIRH Parnaíba.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é o documento orientador da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e é um instrumento estratégico para coordenar as ações nas três escalas de gestão dos recursos hídricos. O PNRH vigente foi aprovado em 2022, pela Resolução CNRH nº 232, com horizonte temporal até 2040, e traz como uma de suas ações Plano Integrado de Recursos Hídricos e Plano de Recursos Hídricos das bacias de rios afluentes (PRHs) ao rio Parnaíba, com Manual Operativo elaborados.

Visto que a Região Hidrográfica do Rio Parnaíba abrange três Estados (Piauí, Ceará e Maranhão), além da legislação Federal, deverá ser avaliada a compatibilidade com a legislação de recursos hídricos no âmbito estadual vigente: Estados do Ceará (Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, Decreto nº 26.462, 11 de dezembro de 2001); Maranhão (Lei nº 8.149, de 15 de junho de 2004, Decreto nº 27.845, de 18 de novembro de 2011 e Decreto nº 28.008 de 30 de janeiro de 2012); e Piauí (Lei nº 5.165, de 17 de agosto de 2000).

A Lei das Águas também instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), do qual fazem parte, entre outros representantes, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), que possuem como suas principais atribuições promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos, articulando a atuação das entidades intervenientes, e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia, sugerindo as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

O CBH Parnaíba foi instituído por meio do Decreto Presidencial nº 9.335, de 5 de abril de 2018, o qual prevê a participação (i) da União; (ii) dos Estados de Ceará, Piauí e Maranhão; (iii) dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; (iv) dos usuários das águas de sua área de atuação; e (v) das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

O CBH Parnaíba ocupa lugar central no processo de gestão participativa, democrática e descentralizada dos recursos hídricos da bacia, e tem papel estratégico na articulação e organização social dos diversos atores para a cooperação voltada à preservação e recuperação da bacia do rio Parnaíba, sem prejuízos ao desenvolvimento econômico.

A nomenclatura dos Planos de Recursos Hídricos das bacias de rios afluentes ao Parnaíba (PRHs) abrange as nomenclaturas específicas dos planos dos CBHs estaduais e das unidades de gestão que ainda não possuam CBH. No Ceará, a legislação estadual nomeia os planos de bacias como: plano de utilização, conservação e proteção dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica; no Maranhão: Planos Diretores de Bacia Hidrográfica; e no Piauí: Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.

3.7. DIRETRIZES GERAIS

O PIRH Parnaíba deve ser construído com base nas seguintes diretrizes gerais:



- **Respeito e conformidade à legislação federal e estadual:** O PIRH Parnaíba e os PRHs devem ser elaborados com irrestrita observância da legislação nacional de recursos hídricos (especialmente a Lei nº 9.433/97 e as Resoluções CNRH nº 145/2012) e em consonância com as legislações de recursos hídricos dos Estados envolvidos.
- **Planejamento integrado e único para toda a bacia:** Todo o processo de elaboração deverá ser baseado no conceito de plano integrado de recursos hídricos (PIRH), construído com ampla participação e articulação com as bacias afluentes para que as suas particularidades sejam consideradas. Assim, os conteúdos e informações apresentados no PIRH passam a ser, portanto, reflexo das discussões e definições provenientes das bacias de rios afluentes, o que torna mais natural e viável o reconhecimento por parte de todos os atores e CBHs envolvidos de que o Plano da bacia compartilhada seja o instrumento de planejamento realmente integrador da bacia, ao que chamamos de PIRH.
- **Estudos e resultados apresentados para a RH Parnaíba e suas Unidades de Gestão Hídrica:** Para os casos em que seja identificada a necessidade de aquisição de informações mais compatíveis com a realidade/escala da sub-bacia, deverão ser realizados levantamentos de informação e oficinas junto às entidades locais.
- **Base de dados e balanço hídrico de referência comuns a toda a RH:** A base de dados e o balanço hídrico devem ser pactuados por todos os envolvidos na gestão da RH e se tornar referência para tomada de decisões, permitindo agregação por UPH, UGH, estado e pontos de controle, se for o caso, principalmente no que diz respeito às propostas de intervenções estruturais, não estruturais, regulatórias e institucionais.
- **Foco nas ações de governabilidade do SINGREH (Agenda Azul e Interface Setorial):** O PIRH Parnaíba e os PRHs deverão priorizar propostas voltadas à solução de problemas sobre os quais exista efetiva governabilidade dos entes do SINGREH na bacia, especialmente o CBH Parnaíba, os CBHs afluentes, os órgãos gestores de recursos hídricos e os Conselhos de Recursos Hídricos, tanto o CNRH quanto os Conselhos Estaduais, que desempenham papel estratégico na coordenação e no fortalecimento da interface setorial. As necessidades de intervenções, inclusive de caráter infraestrutural, cuja responsabilidade recaia sobre esses entes, deverão ser devidamente identificadas, formulando-se alternativas e estratégias de apoio à sua implementação. Deverão também ser identificadas as políticas, planos, programas e projetos setoriais que interfiram nos recursos hídricos, estabelecendo estratégias de integração entre as políticas setoriais e a gestão de recursos hídricos, de modo que a implementação dos instrumentos de gestão hídrica contribua diretamente para a execução das ações e o alcance das metas das políticas e planos setoriais;



- **Pactuação das ações com os responsáveis por sua execução;** As ações de curto prazo previstas no PIRH Parnaíba e nos PRHs deverão ser pactuadas com as instituições responsáveis por sua execução, garantindo aderência institucional, viabilidade operacional e compromisso com a implementação. Essa pactuação constitui etapa central do processo de planejamento, pois assegura que cada ação seja construída de forma compartilhada, com definição explícita de responsabilidades, prazos, arranjos de cooperação e mecanismos de apoio técnico e financeiro. A consolidação dessa pactuação deve ocorrer ainda durante a elaboração do plano, de modo a permitir que o primeiro ciclo de implementação se inicie com clareza sobre os atores envolvidos, suas atribuições e as condições necessárias para que os resultados sejam alcançados de maneira efetiva.
- **Ampla compatibilização dos interesses internos e externos à bacia com a utilização de diversos meios de articulação:** Deverá haver a análise e avaliação do conteúdo dos PRHs Estaduais e planos das bacias afluentes, quando houver, bem como do conteúdo de projetos e planos setoriais pertinentes à temática de Recursos Hídricos, buscando uma integração no território.
- **Ampla participação social:** Participação da sociedade em reuniões e oficinas públicas em todas as etapas de elaboração do plano.
- **Orientação estratégica para aplicação dos recursos da CPR São Francisco/Parnaíba com base em áreas prioritárias definidas pelo PIRH:** O PIRH Parnaíba deverá identificar áreas prioritárias para investimentos estruturantes e não estruturantes na bacia, de modo a orientar a aplicação dos recursos disponibilizados pela para revitalização das bacias do rio São Francisco e Parnaíba e de outras fontes eventuais de financiamento. Essa diretriz reforça o papel do plano como instrumento orientador de políticas públicas e de alocação de investimentos, garantindo que os aportes financeiros sejam direcionados de forma estratégica, territorialmente coerente e alinhada às necessidades de segurança hídrica, governança e compatibilização dos usos. A definição dessas áreas deverá considerar critérios técnicos pactuados com os órgãos gestores, conselhos de recursos hídricos, CBHs e setor usuário, integrando aspectos hidrológicos, socioambientais e de capacidade institucional.
- **Atuação focada em áreas críticas ou de especial interesse para gestão,** como forma de priorizar e otimizar os recursos necessários;
- **Manual Operativo (MOP) com detalhamento das estratégias de implementação das ações:** Após a finalização do PIRH Parnaíba e dos PRHs, deverá ser elaborado um Manual Operativo do Plano (MOP), onde serão definidas e discriminadas as estratégias e ações necessárias para a efetivação dos Planos de Ação, com destaque para a atuação



político-institucional do CBH Parnaíba, dos CBHs Afluentes e dos órgãos gestores de recursos hídricos.

- **Horizonte de planejamento de 15 anos**, com revisões periódicas ao final de cada ciclo de implementação.
- **Ciclos de implementação para avaliação do andamento do plano de 5 anos**: É de fundamental importância a proposição de métricas e de indicadores que permitam, por um lado, acompanhar a evolução da execução das ações previstas (indicadores de processo) e, por outro, avaliar a efetividade das ações implementadas (indicadores de resultado). O segundo tipo de indicador mencionado permite a verificação dos resultados efetivos dos planos ao longo de seu horizonte e de suas ações em termos de melhoria do processo de gestão na bacia ou nas condições quali-quantitativas dos corpos d'água. A informação organizada e consolidada na forma de indicadores de resultado vai auxiliar o Comitê de Bacia e os órgãos gestores de recursos hídricos na tomada de decisão quanto a necessidade de ajustes nas ações para o efetivo atingimento dos objetivos estratégicos e específicos pactuados no plano da bacia.

3.8. DESCRIÇÃO SUCINTA DO ESCOPO

O quadro a seguir dispõe, de maneira sintética, o conteúdo de cada um dos Produtos a serem elaborados e entregues pela CONTRATADA.

Produtos	Conteúdos gerais
Produto 1 - Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social	Plano de Trabalho: Descrição da equipe técnica; cronograma de entregas; calendário de reuniões; descrição dos produtos esperados, juntamente com todas as metodologias e conceitos que serão utilizados em cada fase; e plano de contingência à elaboração do PIRH Parnaíba e dos PRHs das bacias afluentes. Plano de Comunicação e Mobilização Social: Planejamento das ações de comunicação para apoio à elaboração do PIRH Parnaíba e dos PRHs das bacias afluentes e para as atividades que contarão com participação pública; bases do processo de participação; e as ações de mobilização.
Produto 2 - Diagnóstico	Consolidação do estado da arte sobre a situação e a gestão de recursos hídricos na bacia: Compatibilização do conjunto de informações sobre a bacia existente nos planos dos afluentes e nos órgãos gestores, bem como no Diagnóstico da Bacia realizado pela CODEVASF; Avaliação integrada do quadro natural e antrópico existente na bacia e da situação atual dos recursos hídricos (demandas, disponibilidades, balanço hídrico e qualidade, usos consuntivos e não consuntivos); contextualização dos aspectos político-institucionais; identificação da matriz de conflitos existentes, das restrições e das potencialidades hídricas associadas às demandas hídricas atuais para os diversos usos.

Classificação: Pública



Produto 3 - Prognóstico	Cenários prospectivos (tendencial e alternativos) da situação dos recursos hídricos (em termos de quantidade e qualidade) nas vazões de referência, no horizonte de planejamento, com a identificação de conflitos potenciais. Projeções de crescimento populacional e cenários de mudanças climáticas.
Produto 4 - Protocolo de articulação intersetorial	Elaboração de diretrizes e mecanismos de integração entre a gestão de recursos hídricos e as políticas setoriais que dependem da água, visando à compatibilização dos usos, ao alinhamento do planejamento setorial aos limites de disponibilidade hídrica e à construção de ações conjuntas que promovam segurança hídrica na bacia.
Produto 5 - Plano de Ações e Investimentos do PIRH Parnaíba e dos PRHs	Definição de metas estratégicas do PIRH; diretrizes para implementação dos instrumentos de gestão; recomendações para os setores usuários; proposta de aperfeiçoamento do arranjo e estratégia institucional para gestão da água na região hidrográfica; propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição uso; propostas de programas, subprogramas, ações e metas, com detalhamento de atividades e cronograma de execução física (curto, médio e longo prazos) e responsáveis pela execução; montagem do programa de investimentos do PIRH, com a identificação das fontes dos recursos e do cronograma de desembolso financeiro; definição de métricas e indicadores de acompanhamento da implementação e dos resultados gerados na transformação da realidade existente na situação desejada; metodologia de acompanhamento da implementação, com curvas de avanço da metas/ações, programas e subprogramas e com previsão da revisão das ações e revisão orçamentária. Documentos individuais contendo o plano de ações das bacias afluentes (PRHs), priorização das ações (curto, médio e longo prazo).
Produto 6 - PIRH Parnaíba e dos PRHs dos seus Afluentes	Consolidação de todas as etapas, atividades e informações utilizadas na elaboração do PIRH Parnaíba e dos PRHs dos seus Afluentes; seleção das ações priorizadas para o MOP e os resultados dos eventos de participação pública.
Produto 7 - Manual Operativo	<p>Definição das ações prioritárias com roteiro básico (Fluxogramas de processo), com detalhamento para a sua implementação prática durante os cinco primeiros anos do horizonte do PIRH Parnaíba, ou seja, para o curto prazo, definindo os responsáveis, os procedimentos necessários, os pré-requisitos e os resultados intermediários e finais esperados de cada uma dessas ações, incluindo a elaboração de minutas dos normativos legais, notas técnicas e projetos executivos e formulação das estratégias legais e político-institucionais para o seu encaminhamento junto aos colegiados e órgãos gestores competentes.</p> <p>Para ações dos ciclos seguintes, incluir apenas a previsão de implementação, destacando o cronograma e responsáveis pelas ações/atividades.</p>



Produto 8 - Resumo Executivo do PIRH Parnaíba e Banco de Dados	<p>O Resumo Executivo apresentará de forma sintética os principais resultados para a gestão de recursos hídricos da região hidrográfica, as intervenções e investimentos propostos e as principais diretrizes a serem observadas, redigidos em linguagem simples, em formato físico e digital.</p> <p>O banco de dados será formado por uma base de dados de acesso local e formato aberto (Software QGIS), contendo informações tabulares e espaciais, de interesse do PIRH, a serem definidas durante a execução do Plano.</p>
--	--

O Apêndice 1 deste TR apresenta o Memorial Descritivo MD-EEFNE-2026-004 contendo os Produtos e detalhamento dos serviços a serem realizados pela CONTRATADA.

4. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS

4.1. Para que as PROPONENTES se qualifiquem tecnicamente, devem ser apresentados os seguintes documentos comprobatórios:

- a) Portfólio da Proponente com a indicação de experiência na elaboração de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.
- b) A Proponente (Pessoa Jurídica) deverá comprovar experiência prévia na elaboração de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.

A experiência será comprovada por meio da apresentação de pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado em favor da Proponente. A não apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica irá ocasionar a desqualificação técnica da Proponente.

4.2. Composição da Equipe Chave

4.2.1. A PROPONENTE deverá dispor de técnicos especializados e capacitados para a tarefa, com comprovação conforme previsto no TR do presente processo de contratação.

Para o desenvolvimento dos trabalhos é indispensável que a CONTRATADA mobilize uma equipe chave composta de pelo menos 08 (oito) profissionais de nível superior, com experiência comprovada, que deverão atuar organizando os trabalhos, orientando as equipes de apoio, definindo metodologias e procedimentos a serem aplicados, realizando atividades, avaliando e interpretando os resultados obtidos, respondendo por sua área de especialização e participando de reuniões técnicas.

A atuação de cada profissional deverá ser proporcional às demandas requeridas para cumprimento dos escopos dos respectivos produtos. A Equipe Chave deverá ser composta pelos seguintes perfis:



- **Profissional I - Coordenador Geral:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em coordenação de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos;
- **Profissional II - Coordenador Técnico:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional na coordenação técnica de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos;
- **Profissional III - Especialista em Hidrologia:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em estudos hidrológicos, emprego de modelos computacionais de suporte à decisão aplicados a recursos hídricos e alocação de água;
- **Profissional IV - Especialista em Infraestrutura Hídrica e Saneamento:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em Planejamento, Estudos e projetos de infraestrutura hídrica, elaboração de projetos de saneamento, dimensionamento e/ou orçamento de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- **Profissional V - Especialista em Tecnologia da Informação:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em sistemas de informações geográficas e em gerenciamento de banco de dados relacional e geográfico;
- **Profissional VI - Especialista em Planejamento Participativo e Mobilização Social:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em planejamento participativo junto a Comitês de Bacia Hidrográfica, mobilização social e moderação de grupos em oficinas técnicas;
- **Profissional VII - Especialista em Comunicação Social:** 01 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em Comunicação Social;
- **Profissional VIII - Especialista em Planejamento de Recursos Hídricos:** 1 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em planejamento de recursos hídricos e concepção e orçamento de programas e projetos.
- **Profissional IX - Especialista em Articulação Setorial e Políticas Públicas:** 1 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência em articulação institucional e análise de políticas públicas relacionadas a recursos hídricos (saneamento, navegação, turismo, irrigação, energia, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento territorial), responsável por apoiar as interfaces setoriais nas etapas de diagnóstico, prognóstico e plano de ações.
- **Profissional X - Especialista em Governança e Institucionalidade:** profissional de nível superior, com comprovada experiência em governança do SINGREH, fortalecimento



de Comitês de Bacia Hidrográfica e proposição de arranjos institucionais, e em aspectos jurídico-legais.

Os profissionais que compõem a Equipe Chave devem apresentar a devida comprovação da qualificação necessária à condução dos trabalhos objeto da contratação.

Na proposta técnica deverá ser apresentado o organograma de todos os componentes, descrevendo as funções de cada integrante da Equipe Chave; apresentando inclusive o currículo de todos os membros indicados pela PROPONENTE e pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove a experiência do indicado para a Equipe Chave, de acordo com as atribuições definidas neste TR para cada função.

4.3. Equipe de apoio

Corresponde a profissionais de nível superior intermediário e júnior, técnicos de nível médio e programadores, necessários para apoiar o trabalho da Equipe Chave, sendo sua composição e organização definida pela CONTRATADA em função das características e volume dos serviços.

A equipe de apoio mínima sugerida é a seguinte:

- Dois (02) Engenheiros Junior
- Um (01) Técnico em Geoprocessamento
- Um (01) Auxiliar Administrativo

4.4. Equipe eventual

Deverá ser prevista pela CONTRATADA a alocação de horas de consultoria de uma equipe eventual, formada por consultores independentes de nível sênior, que poderão ser convocados para a solução de problemas específicos. Estima-se que os seguintes profissionais poderão ser consultados ao longo da execução desse trabalho, de notório conhecimento e com contribuições relevantes na área de sua atuação:

- **Profissional Especialista em Hidrogeologia:** 1 (um) profissional de nível superior com experiência em estudos e projetos de hidrogeologia e/ou águas subterrâneas;
- **Profissional Especialista em Qualidade da Água:** 1 (um) profissional de nível superior, com comprovada experiência profissional em estudos de qualidade da água, monitoramento e modelagem de qualidade de água
- **Profissional Especialista em Mudanças Climáticas e Resiliência Hídrica:** 1 (um) profissional de nível superior, com experiência comprovada em estudos e análises relacionados às mudanças climáticas, variabilidade hidrológica, gestão de riscos e de eventos críticos, e avaliação de vulnerabilidade climática em bacias hidrográficas. Deverá possuir experiência na aplicação de cenários climáticos, métodos de projeção de impactos sobre a disponibilidade e qualidade da água, identificação de áreas e sistemas mais vulneráveis a secas e inundações, e proposição de medidas de adaptação e de aumento da resiliência hídrica.

**• Profissional Especialista em Análise de Impactos Ambientais:**

1 (um) profissional de nível superior, com experiência comprovada em análise de impactos ambientais com ênfase nos efeitos de pressões antrópicas sobre os recursos hídricos, bem como de eventos hidrológicos extremos. O profissional deverá atuar na identificação, avaliação e interpretação dos impactos ambientais relevantes na bacia do rio Parnaíba, contribuindo para estabelecimento de diretrizes e ações de mitigação, adaptação e recuperação ambiental no âmbito do PIRH Parnaíba.

Apresentando-se a necessidade de substituição dos profissionais, acima referidos, alocados no contrato, seja por iniciativa da AXIA ou da CONTRATADA, esta última deverá indicar um substituto que tenha, no mínimo, o nível de experiência e qualificação técnica do profissional substituído.

4.5. A PROPONENTE deverá apresentar declaração expressa de concordância integral (conforme modelo do Apêndice 7) com os termos e condições estabelecidos no TR, incluindo o Memorial Descritivo e demais documentos técnicos que compõem o processo de contratação.

4.6. CONTEÚDO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Este item do TR estabelece o conteúdo das propostas técnicas a serem apresentadas para elaborar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Parnaíba (PIRH Parnaíba), incluindo os respectivos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes ao Parnaíba (PRHs).

As propostas técnicas deverão cobrir minimamente os seguintes itens:

- I) Conhecimento do Problema;
- II) Metodologia e Plano de Trabalho;
- III) Equipe Técnica;
- IV) Recursos Físicos;
- V) Cronograma Físico.

4.6.1. Conhecimento do Problema

Os Proponentes deverão evidenciar em suas propostas técnicas o conhecimento que possuem da bacia do Rio Parnaíba e dos problemas ligados à gestão dos recursos hídricos nela identificados, analisando-os quanto à abrangência, intensidade, agravantes e encaminhamentos possíveis. Recomenda-se que este item não exceda a 50 páginas, tamanho A4 e fonte Times New Roman 12.

4.6.2. Metodologia e Plano de Trabalho

Os proponentes deverão descrever a metodologia geral e os procedimentos metodológicos específicos de que se valerão para confeccionar os produtos especificados, assim como as etapas e subdivisões dos trabalhos e as atividades a serem cumpridas, considerando as indicações constantes deste TR. Em seguida, deverão apresentar o Plano de Trabalho com descrição detalhada das atividades, o encadeamento delas e os produtos associados.



A abordagem metodológica, os princípios a serem seguidos e o Plano de Trabalho são entendidos como elementos muito importantes para a avaliação das propostas. Recomenda-se que este item não exceda a 75 páginas, tamanho A4, em fonte Times New Roman 12.

4.6.3. Equipe técnica

Os Proponentes deverão relacionar os integrantes da equipe-chave, indicando as funções que ocuparão e descrevendo suas responsabilidades, as horas de trabalho mensais previstas para cada membro da equipe em cada atividade integrante do Plano de Trabalho. Para as equipes eventual e de apoio, deverão ser indicadas as funções que ocuparão, as responsabilidades e as horas de trabalho mensais previstas.

Para melhor entendimento da estruturação e relações da equipe técnica, os Proponentes deverão apresentar um organograma e a estrutura organizacional a ser adotada no projeto. Para melhor entendimento da estruturação e relações da equipe técnica, os Proponentes deverão apresentar um organograma da empresa e da estrutura organizacional a ser adotada no projeto.

4.6.4. Recursos físicos

Os proponentes deverão relacionar os recursos físicos que colocarão à disposição da equipe que executará o trabalho. Tais recursos deverão estar em consonância com a metodologia prevista e o escopo do projeto, devendo ser indicado tipo, modelo, ano de produção/fabricação, quantidade, período de utilização, e atividade do plano de trabalho em que serão aplicados.

Estão aqui incluídos equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, plotters, etc.), programas computacionais, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), imagens de satélite, equipamentos de campo, veículos e demais recursos físicos requeridos para o cumprimento das atividades integrantes do plano de trabalho de acordo com os procedimentos metodológicos propostos.

4.6.5. Cronograma físico

As proponentes deverão apresentar um cronograma físico que exprima a duração e o encadeamento das atividades previstas em seu plano de trabalho.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.1. Habilitação Técnica

Para efeitos de habilitação técnica da empresa ou consórcio será exigido 1 (um) atestado que comprove a participação da Proponente na elaboração de planos ou estudos de planejamento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.

Para efeitos de habilitação técnica do profissional indicado como Coordenador Geral será exigido 1 (um) atestado que comprove sua participação na coordenação de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.

5.2. Julgamento das Propostas Técnicas

Para julgamento das propostas, será adotado o critério técnico (Proposta Técnica), conforme detalhamento a seguir.



5.2.1 Avaliação da Proposta Técnica

Para julgamento da Proposta Técnica serão avaliados os seguintes quesitos:

- A – A experiência específica da Proponente relacionada ao serviço;
- B – A Proposta Técnica; e
- C – A experiência da equipe-chave.

QUESITO A: Experiência específica da Proponente relacionada ao serviço

A experiência específica da Proponente (A) será avaliada com base nos Atestados apresentados.

A comprovação da experiência da licitante será avaliada por meio da apresentação de atestados expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, ou por empresa privada. Serão considerados os Atestados que comprovem a participação da proponente na elaboração de planos ou estudos de planejamento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.

A Proponente deverá apresentar no máximo 5 (cinco) Atestados. Caso a Proponente apresente mais Atestados do que o indicado, serão considerados para efeitos de avaliação os 5 (cinco) Atestados mais recentes.

Os Atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou em andamento. Neste último caso, além dos Atestados parciais de execução, deverão ser apresentados os respectivos contratos. O Proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos Atestados apresentados.

Os atestados serão avaliados considerando a similaridade de temas e/ou metodologias desenvolvidas com o objeto deste TR, no que diz respeito à elaboração de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos.

A análise da complexidade dos serviços desenvolvidos está relacionada aos seguintes elementos: área de abrangência, multiplicidade de atividades desenvolvidas, diversidade institucional e de atores, ferramentas empregadas, escala de trabalho etc., ou seja, elementos que possibilitem avaliar o maior ou menor grau de dificuldade na elaboração do serviço.

QUESITO B: Proposta Técnica

Na Proposta Técnica (B), a Proponente deverá descrever com objetividade e síntese os quesitos referentes ao Conhecimento do Problema, à Metodologia e ao Plano de Trabalho para desenvolvimento dos serviços, conforme detalhamento a seguir.

O conteúdo da Proposta Técnica deverá estar de acordo com as indicações e recomendações existentes neste TR.

Conhecimento do Problema



- (i) Conhecimento das características da Região Hidrográfica do rio Parnaíba: Diversidade e atualidade dos dados de interesse para o Plano e caracterização física, biológica e socioeconômica da Bacia do rio Parnaíba
- (ii) Conhecimento da gestão de recursos hídricos da Região Hidrográfica do rio Parnaíba: Diversidade e atualidade dados relativos ao status da implementação da política de recursos hídricos e do desenvolvimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos Bacia do rio Parnaíba

Metodologia

- (i) Diagnóstico: Descrição de métodos e técnicas de integração e priorização para a consolidação do diagnóstico;
- (ii) Prognóstico: Diretrizes, estratégias metodológicas, técnicas, modelos e fontes de dados que poderão ser utilizados no processo de caracterização. Técnicas e estratégias aplicáveis para definição de necessidades e alternativas de atuação nas situações críticas identificadas;
- (iii) Plano de Ações: Parâmetros e técnicas para definição das metas do Plano e formulação das diretrizes e propostas de estudos a serem elaborados para implementação dos instrumentos de gestão. Estratégias e modelos para elaboração do Programa de Ações, montagem do programa de investimentos e roteiro para sua implementação.
- (iv) Manual Operativo: Diretrizes, estratégias metodológicas e técnicas para elaboração do Manual Operativo.

Plano de Trabalho

- (i) Programa de Trabalho: Descrição e detalhamento de toda a equipe técnica e sua alocação por atividade e descrição da infraestrutura e dos demais recursos a serem mobilizados para execução do serviço;
- (ii) Atividades e Cronograma Físico: Descrição e detalhamento das atividades, o encadeamento delas, produtos relacionados e cronograma físico.

QUESITO C: A Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe-Chave

A Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe-Chave (C) proposta pela Proponente para desenvolvimento dos serviços serão avaliados a partir dos seus respectivos Currículos, Diplomas e Atestados apresentados.

A comprovação da formação complementar dos profissionais da Equipe-Chave, para fins de análise da proposta técnica no tocante a este quesito (C), dar-se-á mediante apresentação de Diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A comprovação da experiência dos profissionais da Equipe-Chave, para fins de análise da proposta técnica no tocante a este quesito (C), dar-se-á mediante apresentação de Atestados expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, ou por empresa privada, atestando que os referidos profissionais já participaram de projetos dentre os descritos na relação a seguir.



Para o Coordenador Geral deverá ser apresentada declaração de concordância com a indicação à função de Coordenador. Para os demais membros da Equipe-Chave deverá ser apresentado Termo de Compromisso de participação.

Cada subcritério referente à Equipe-Chave será avaliado separadamente, sendo atribuídos percentuais diferenciados para cada um, conforme explicitado no quadro a seguir.

Experiência exigida para a Equipe Chave
(i) Formação Complementar: Serão considerados títulos de doutorado ou mestrado.
(ii) Experiência Profissional: Para os profissionais Coordenador Geral e Coordenador Técnico : Experiência na coordenação de projetos, planos, programas ou estudos nas áreas de desenvolvimento regional, setorial, ambiental ou de recursos hídricos. Para o profissional Especialista Sênior em Hidrologia : Experiência na elaboração de estudos hidrológicos. Para o profissional Especialista Sênior em Infraestrutura Hídrica e Saneamento : Experiência na elaboração de estudos e projetos de infraestrutura hídrica, elaboração de projetos de saneamento, dimensionamento e/ou orçamento de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para o profissional Especialista Sênior em Tecnologia da Informação : Experiência em sistemas de informações geográficas e em gerenciamento de banco de dados relacional e geográfico. Para o profissional Especialista Sênior em Planejamento Participativo e Mob. Social : Experiência em planejamento participativo junto a Comitês de Bacia Hidrográfica, mobilização social e moderação de grupos em oficinas técnicas. Para o profissional Especialista Sênior em Comunicação Social : Experiência em Comunicação Social para públicos diversos (sociedade civil, empresas privadas ou mistas, comitês de bacias hidrográficas ou conselhos estaduais/nacionais e recursos hídricos ou de meio ambiente), mídias sociais, jornais, rádio e tv. Para o profissional Especialista Sênior em Planejamento de Recursos Hídricos : Experiência em planejamento de recursos hídricos e na concepção e orçamento de programas e projetos. Para o profissional Especialista em Articulação Setorial e Políticas Públicas : Experiência em articulação institucional e análise de políticas públicas relacionadas a recursos hídricos. Para o profissional Especialista em Governança e Institucionalidade : Experiência em governança do SINGREH, fortalecimento de Comitês de Bacia Hidrográfica e proposição de arranjos institucionais, e em aspectos jurídico-legais.

⁽¹⁾ Os cursos de Mestrado e Doutorado deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Para cada profissional, deverão ser apresentados, no máximo, 5 (cinco). Caso a Proponente apresente mais do que 5 (cinco) Atestados por profissional, serão considerados, para efeitos de avaliação, os Atestados mais recentes.

6. REIDI

6.1. O objeto a ser atendido por esta contratação não se enquadra no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

7. PRAZOS E MARCOS CONTRATUAIS

7.1. O prazo para conclusão da execução do objeto contratual é de **18 (dezoito) meses**, a partir da emissão da Ordem de Serviço – OS, que deverá ocorrer em até 30 dias da data de assinatura do instrumento contratual.



7.2. A seguir são definidos os marcos contratuais e os prazos estimados para a realização de cada produto entregável.

Etapas	Atividade	Mês																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Mobilização da Equipe e Plano de Trabalho																			
Mobilização da equipe e consolidação do plano de trabalho e de comunicação e mobilização social																			
Produto 01 (PP-01) – Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social																			
Diagnóstico																			
Recebimento e análise do material disponibilizado pelos OGRHs																			
Consolidação do Diagnóstico																			
Apresentação da versão preliminar do banco de dados																			
Produto 02 (PP-02) – Diagnóstico																			
Prognóstico																			
Montagem do cenário tendencial das demandas hídricas																			
Composição dos cenários alternativos																			
Compatibilização das disponibilidades com as demandas hídricas																			
Articulação e compatibilização dos interesses internos e externos à bacia																			
Alternativas para compatibilizar as disponibilidades e demandas hídricas																			
Produto 03 (PP-03) – Prognóstico																			
Protocolo de Articulação Intersetorial																			
Identificação das interfaces críticas entre recursos hídricos e políticas setoriais																			
Análise de como cada política setorial influencia e é influenciada pela disponibilidade hídrica																			
Definição de diretrizes e orientações para que os setores considerem a água como condicionante do planejamento																			
Estruturação de um protocolo formal de articulação																			
Proposição de mecanismos para pactuação de ações e investimentos intersetoriais																			
Produto 04 (PP-04) – Protocolo de Articulação Intersetorial																			
Plano de Ações																			
Definição dos objetivos e metas estratégicas do PIRH-Parnaíba																			
Diretrizes e estudos para implementação dos instrumentos de gestão																			
Recomendações para os setores usuários																			
Avaliação do arranjo institucional existente e proposta de aperfeiçoamento para gestão																			
Diretrizes e critérios técnicos que orientem a aplicação dos recursos da Eletrobrás de forma estratégica																			
Proposição de programas, subprogramas, ações e metas																			
Montagem do programa de investimentos																			
Estratégias institucionais para a implementação do PIRH-Parnaíba																			
Roteiro para Implementação do PIRH Parnaíba																			
Produto 05 (PP-05) – Plano de Ações																			
PIRH e PRHs																			
Consolidação de todas as etapas percorridas para elaboração do PIRH Parnaíba																			
Consolidação de todas as etapas percorridas para elaboração dos PRHs das bacias afluentes																			
Produto 06 (PF - PIRH Parnaíba)																			
Produto 06 (PF - Planos de Recursos Hídricos de Bacias Afluentes)																			
Manual Operativo do PIRH Parnaíba																			
Detalhamento técnico-operacional para implementação das ações prioritárias																			
Produto 07 (PF - Manual Operativo - MOP)																			
Resumo Executivo e Banco de dados																			
Elaboração do texto e edição do Resumo Executivo																			
Consolidação do banco de dados final do PIRH Parnaíba																			
Produto 08 (PF - Resumo Executivo e Banco de dados)																			

7.3. No quadro a seguir é apresentado o cronograma de reuniões previstas para a elaboração do PIRH Parnaíba.

Reuniões	Mês																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Participação Social e Acompanhamento Técnico																		
Reuniões de Partida e de Acompanhamento do Contrato																		
Reuniões da CTPI e das demais instâncias de acompanhamento do plano		PI	PI I		PI I / PI I		PI I / PI I		PI I / PI I			Participação						
Rodadas de Oficinas																		
Reunião de Articulação Setorial				Parti Oficinas		Parti Oficinas		BAU	BAU		Parti Oficinas							
Reunião de pactuação das ações prioritizadas												Participação						
Plenárias de todos os CBHs																		
Reunião de validação do MOP																PI F		

7.4. O não cumprimento dos prazos acordados e definidos no cronograma será passível de aplicação das penalidades definidas no contrato.

8. LOCAL DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão majoritariamente executados em escritório da Contratada. Todavia, as reuniões com os CBHs, as oficinas e as reuniões públicas exigirão deslocamentos e estadias nas sedes municipais de interesse do trabalho, conforme detalhado no Apêndice 1 - Memorial Descritivo.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no TR e seus Apêndices e na proposta, devendo ser



corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante nota técnica. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

9.1. Executar fielmente os serviços que constituem o seu objeto, de acordo com os documentos dele integrantes e em rigorosa observância aos demais detalhes e instruções emanados pela AXIA ENERGIA, bem como tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita realização dos serviços, responsabilizando-se pela exatidão dos mesmos;

9.2. Refazer às suas custas e no prazo determinado pela AXIA Energia, os serviços realizados com vícios ou defeitos bem como aqueles em desacordo com o Contrato;

9.3. Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualidade exigidas no presente instrumento;

9.4. A Contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços e fornecimentos;

9.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;

9.6. Apresentar declaração de que garante aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.7. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

9.8. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação aos empregados da Contratada que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte do Contratante e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018);

9.9. Durante quaisquer das etapas dos trabalhos do presente objeto, a Contratada deverá prover acesso a AXIA Energia a todos os dados de projeto;



9.10. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar imediatamente à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada, que possa interferir na execução dos serviços;

9.11. Os relatórios técnicos, após aprovação, deverão ser entregues em duas versões: uma com conteúdo completo e outra com os dados sensíveis ocultos, em obediência à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.12. Executar fielmente os serviços que constituem o presente objeto de contratação, de acordo com os documentos dele integrantes e em rigorosa observância aos demais detalhes e instruções emanados pela AXIA ENERGIA, bem como tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita realização dos serviços, responsabilizando-se pela exatidão deles;

9.13. Responder por multas ou penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, salvo se decorrerem de processo administrativo ou pleito relativo a ato cuja prática tenha sido determinada, por escrito, pela AXIA ENERGIA, e, desde que, obedecidas fielmente as instruções desta;

9.14. Refazer às suas custas e no prazo determinado pela AXIA Energia, os serviços realizados com vícios ou defeitos bem como aqueles em desacordo com este Contrato;

9.15. Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualidade exigidas no presente instrumento;

9.16. Durante quaisquer das etapas dos trabalhos do presente objeto, a Contratada deverá prover acesso à AXIA Energia a todos os dados;

9.17. A Contratada deve, sempre que for constatada qualquer dúvida por parte da AXIA Energia, prover explicações sobre os trabalhos;

9.18. A Contratada deve se comprometer a realizar as revisões dos trabalhos indicadas pela AXIA Energia quando aplicável;

9.19. É obrigação da Contratada apresentar todos os relatórios, cronogramas, lista de riscos e demais informações, na frequência necessária para a gestão do projeto;

9.20. A Contratada deverá identificar os órgãos, as agências, os comitês, as entidades envolvidas e impactadas no escopo das atividades, bem como atuar a fim de coletar informações, propor soluções e integrar os agentes envolvidos no processo sempre que necessário;

9.21. Realizar todas as ações necessárias para possibilitar o cumprimento das datas previstas no Cronograma e Plano de Trabalho, incluindo: mobilização tempestiva dos recursos necessários à execução do objeto, entre eles humanos, subcontratados, ferramental, equipamentos, instalações e outros; execução das melhores práticas de gestão de projetos, métodos e logísticas que possibilitem o cumprimento dos prazos;

9.22. Submeter à aprovação da AXIA Energia, o cronograma físico-financeiro em até 15 (quinze) dias consecutivos após a assinatura do Contrato;

9.23. Junto ao cronograma, deverá ser encaminhado o histograma de mão-de-obra (direta e indireta) e equipamentos e a lista de documentos detalhada do projeto executivo com as datas previstas de emissão de cada documento para aprovação da AXIA Energia;



9.24. Em até 15 (quinze) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço deverá ser apresentada a lista de riscos iniciais do projeto;

9.25. Arcar com todas as despesas de acomodações, alimentação e transporte de seu pessoal e prepostos;

9.26. A Contratada deverá identificar os órgãos, as agências, os comitês, as entidades envolvidas e impactadas no escopo das atividades, bem como atuar a fim de coletar informações, propor soluções e integrar os agentes envolvidos no processo, se necessário;

9.27. Em todos os casos em que haja previsão de ressarcimento, a Contratada deverá adotar as providências necessárias para que suas despesas incorridas sejam minimizadas, de forma que não haja a oneração desnecessária do Contrato.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE

10.1. Manifestar-se nos prazos previstos no TR, ou em prazo razoável quando não estipulado, quanto a comentários ou aprovação de desenhos, projetos, desenhos dos equipamentos a serem fornecidos pela Contratada, cronogramas e outras atividades de forma que não prejudiquem o cronograma;

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato;

10.3. Expedir e encaminhar à Contratada a Ordem de Serviço, indicando o início da realização dos serviços;

10.4. Em caso de atrasos nas entregas de materiais e/ou equipamentos de responsabilidade do Contratante, esta deverá notificar a Contratada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias;

10.4.1. Em caso de não cumprimento do período mínimo de notificação da Contratada, esta poderá ser ressarcida pelos custos de mobilização comprovadamente incorridos.

11. FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. Todos os Produtos previstos em Contrato a serem apresentados para a AXIA Energia serão igualmente submetidos à análise e leitura de representantes da ANA e dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, por se tratar de partes diretamente interessadas na implantação do presente objeto. As comunicações e interlocuções necessárias serão intermediadas com apoio da AXIA Energia.

11.2. O arquivo com os Critérios de Pagamento está disponível no Apêndice 2 deste TR, onde constam os pesos aplicáveis para cada Produto passível de pagamento.

11.3. Dados para faturamento de serviços

AXIA Energia Nordeste S.A.

Rua Delmiro Gouveia, 333, Edf. André Falcão, San Martin Recife/PE



CEP: 50761-901

CNPJ: 33.541.368/0001-16

I.E.: 000558400

12. INSTRUÇÕES GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

12.1. A Proponente deverá levantar e apropriar todos os custos diretos e indiretos com remuneração de pessoal contratado ou terceirizado, despesas administrativas, serviços gráficos, logística terrestre, logística aérea, diárias para hospedagem e refeições, organização de eventos e reuniões; divulgação e mobilização de eventos; ou mesmo qualquer outra despesa omitida neste TR e que seja imprescindível para a integralização do objeto em contratação.

12.2. Não serão remunerados serviços que não constem no Apêndice 2 - Critérios de Pagamento.

12.3. A PROPONENTE deverá apresentar a Planilha de Preço, conforme disponível na RFQ (REQUEST FOR QUOTATION).

13. SUBCONTRATAÇÃO E SUBFORNECIMENTO

13.1. Para esta contratação, não será admitida a subcontratação e/ou subfornecimento de serviços.

14. GESTÃO DO PROJETO

14.1. Monitoramento

14.1.1. A CONTRATADA deve fornecer à Gestão do Projeto da AXIA Energia todas as informações solicitadas na reunião de abertura do projeto no prazo estipulado.

14.1.2. Serão realizadas reuniões periódicas na sede da AXIA Energia e ou de suas subsidiárias, ou por teleconferência para detalhamento de planejamento de execução de atividades e acompanhamento do andamento do projeto. A Contratada deve indicar um profissional responsável pelo acompanhamento do planejamento, monitoramento e execução, capaz de fornecer informações de gestão solicitadas pela AXIA Energia.

14.1.3. Em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato deverá ser apresentado o cronograma, em formato MS-Project, contendo o planejamento de execução de todos os itens das planilhas orçamentárias, indicando os marcos contratuais. Caso haja alguma não conformidade, a AXIA Energia solicitará a apresentação de novos cronogramas, que deverão ser entregues até 3 (três) dias após a solicitação. Para a elaboração desse cronograma, a contratada poderá utilizar o arquivo modelo disponibilizado pela AXIA Energia.



- 14.1.4.** A AXIA Energia trabalha seus cronogramas com base na metodologia do Last Planner System (Lean Construction Institute), que direciona para a elaboração de controle de 3 cronogramas temporais; o de longo prazo a ser entregue como documento anexo contrato, um de médio prazo a ser trabalhado com a equipe da AXIA Energia e um de curto prazo a ser entregue pela Contratada semanalmente, ambos durante a execução do Contrato.
- 14.1.5.** As atividades do cronograma deverão ser relacionadas definindo-se atividades predecessoras e sucessoras para todas as tarefas, excluindo-se dessa obrigatoriedade as atividades consideradas de resumo, que tenham subatividades relacionadas, possibilitando ajuste de suas datas de forma automática em caso de registro de atraso ou antecipação de atividades.
- 14.1.6.** No mesmo arquivo em formato MS-Project devem ser considerados todos os eventos de pagamento do contrato associados as atividades do cronograma, possibilitando retirada de relatório de previsão de realização orçamentária de forma automática.
- 14.1.7.** Deve ser considerado calendário constando feriados locais e nacionais, bem como regime de trabalho em horário comercial. Esses calendários deverão estar registrados no arquivo MS-Project.
- 14.1.8.** Não deverão existir registros de “restrições” no cronograma em formato MS-Project a ser entregue. Considera-se como restrição a ocorrência de datas impostas para o início ou término de uma atividade.
- 14.1.9.** Deve ser entregue no início do fornecimento lista com nomes e contatos de profissionais indicados pela Contratada que exercerão papéis como gerente de projeto, gestor de contrato, líder técnico e engenheiro(s) residente(s). Esta lista deve sempre ser mantida atualizada até o encerramento do contrato.

14.2. Relatório Semanal de Planejamento

- 14.2.1.** Semanalmente, às sextas-feiras, a Contratada deverá enviar um relatório contendo toda a sua programação de trabalho para a semana seguinte. O relatório semanal de planejamento deverá conter as seguintes informações:
- a) Relação das atividades previstas para execução para a semana a qual se refere;
 - b) Nome dos responsáveis pela execução das atividades;
 - c) Datas de início e término da execução das atividades;
 - d) Quantitativo das atividades previstas para a semana a qual se refere;
 - e) Restrições existentes para a execução das tarefas, sejam essas de responsabilidade da Contratada ou da Contratante. Considera-se restrições à execução das tarefas, algo ou alguma coisa, que coloque em risco a sua execução.

14.3. Relatório Semanal de Controle

- 14.3.1.** Semanalmente, às sextas-feiras, a Contratada deverá enviar um relatório contendo os resultados da execução ou não das atividades presentes no “Relatório Semanal de



Planejamento". O "Relatório Semanal de Controle" deverá conter todas as informações registradas anteriormente no "Relatório Semanal de Planejamento", além das seguintes informações:

- a) Motivo da não execução de cada atividade, caso tenha ocorrido;
- b) Ação a ser tomada para corrigir o problema que gerou a não execução da atividade e ações para recuperar os atrasos porventura provocados.

14.4. Relatório Mensal de Acompanhamento

14.4.1. A Contratada deverá enviar relatório mensal em formato digital para acompanhamento das atividades realizadas (em formato pdf e pacote Office, incluindo arquivo em formato MS-Project). O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, quando couber:

- a) Relatório de fatos relevantes que tenham interferido no andamento normal do Contrato;
- b) Atividades realizadas no período;
- c) Principais riscos e ações mitigadoras identificados;
- d) Resumo dos serviços concluídos;
- e) Principais atividades de mobilização social;
- f) Registro fotográfico;
- g) Plano de ação para mitigar problemas e atrasos;
- h) Quadro resumo com o percentual total de desenvolvimento do trabalho e os percentuais por item dos principais marcos físicos e financeiros do cronograma geral;
- i) Curva "S" de avanço físico. Para a elaboração desse gráfico deverá ser utilizado o cálculo de pesos;
- j) Cronograma atualizado.

14.5. A Contratada, sempre que solicitada, deverá apresentar relatório específico e informações do projeto para AXIA Energia.

14.6. Os relatórios mensais de acompanhamento não são eventos geradores de pagamentos ou faturas. Esses relatórios visam dar ciência à gestão do acompanhamento do projeto ao longo do Contrato.

15. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não será admitida a participação de cooperativas para a presente contratação.

16. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

16.1. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para a presente contratação.

16.1.1. As empresas credenciadas poderão de consorciar com empresas não credenciadas, desde que sejam a líder do consórcio.



17. VISITAS TÉCNICAS

17.1. Não é solicitada a realização de visitas técnicas previamente à contratação do presente objeto.

18. SANÇÕES E PENALIDADES

18.1. Para cada inadimplência da Contratada, seja de atrasos nos prazos acordados ou qualquer não conformidade com as cláusulas contratuais, a AXIA Energia poderá imputar multa conforme definido no contrato e suas partes integrantes.

19. MATRIZ DE RISCOS

19.1. A Matriz de Risco tem o propósito de identificar riscos que possam afetar e/ou prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a execução satisfatória do objeto contratado, prevendo, para tanto, mecanismos de mitigação e distribuindo as responsabilidades entre as Partes de modo equilibrado e objetivo, sendo vinculante para eventuais pedidos de revisão. Conforme Apêndice 3, anexo deste TR.

20. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

20.1. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos de saúde e segurança do trabalho da AXIA Energia, estabelecidos no Apêndice 4 - Cláusulas Contratuais de SST para Contratação de Fornecedores.

20.2. Os requisitos de Saúde e Segurança do Trabalho são exigidos das empresas contratadas pela AXIA Energia para o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde do trabalho – Portaria nº 3.214/1978, específico para o serviço contratado, assim como normas esparsas pertinentes ao tema no âmbito federal, estadual e municipal.

20.3. O documento “Cláusulas Contratuais de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) para Contratação de Serviços de Fornecedores e suas Subcontratadas” na sua versão atualizada, presente como anexo desse termo de referência, traz as exigências mínimas especificadas para atendimento a AXIA Energia, não isenta a PROPONENTE do atendimento aos demais aspectos legais contidos nas legislações pertinentes à Saúde e Segurança do Trabalho, trabalhistas, previdenciárias, bem como as leis aplicáveis.

20.4. Adicionalmente aos documentos Apêndice 4 - “Cláusulas Contratuais de SST para Contratação de Serviços de Fornecedores e suas Subcontratadas” e o Apêndice 6 - “Manual de Saúde e Segurança do Trabalho para Fornecedores e suas Subcontratadas” aqui dispostos, todos os procedimentos de saúde e segurança disponíveis no site da AXIA Energia na seção “Saúde e Segurança Ocupacional para Fornecedores”



(<https://axia.com.br/pt/Paginas/SSO.aspx>) deverão ser de conhecimento e obrigatoriamente atendidos pela PROPONENTE.

20.5. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

20.6. A Contratada deverá comunicar de imediato, por meio de formulário próprio, a ocorrência de qualquer incidente.

20.7. A Contratada deverá fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

20.8. A PROPONENTE deverá atender todos os documentos de saúde e segurança do trabalho citados acima, além de outros normativos/procedimentos adicionais da AXIA Energia que forem aplicáveis nessa contratação.

21. GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução de 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Serviço, a ser entregue para aprovação do CONTRATANTE em até 10 (dez) dias corridos após emissão da referida OS.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É aplicável o PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE) da AXIA Energia nas “Condições Gerais” do Contrato.

23. APÊNDICES

23.1. As especificações e demais documentos necessários para a elaboração da Proposta encontram-se apensados ao TR, conforme a seguir:

- APÊNDICE 1 – Memorial Descritivo;
- APÊNDICE 2 – Critérios de Pagamento;
- APÊNDICE 3 – Matriz de Riscos;
- APÊNDICE 4 – Cláusulas Contratuais de SSO para Contratação de Fornecedores;
- APÊNDICE 5 – Guia de Documentação de Mobilização de Fornecedores;
- APÊNDICE 6 – Manual de SSO;
- APÊNDICE 7 – Modelo de declaração de concordância;
- APÊNDICE 8 – Modelo de declaração – Coordenador Geral;
- APÊNDICE 9 – Declaração de SSO e Mobilização.



REFERÊNCIAS

- Legislações federais e estaduais relativas à gestão de recursos hídricos:
 - Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
 - Lei Federal nº 9.984/2000, Agência Nacional de Águas – ANA
 - Resolução CNRH nº 145/2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.
 - Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).
 - Ceará: Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, Decreto nº 26.462, 11 de dezembro de 2001 Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH/CE, criada pela Lei nº 11.306, de 1º de abril de 1987 e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, criada pela Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, para corpos hídricos de domínio do Estado do Ceará.
 - Maranhão: Lei nº 8.149, de 15 de junho de 2004, Decreto nº 27.845, de 18 de novembro de 2011, Decreto nº 28.008 de 30 de janeiro de 2012 e Lei nº 8.153, de 8 de julho de 2004.
 - Piauí: Lei nº 5.165, de 17 de agosto de 2000 e Lei Estadual nº 4.797, de 24 de outubro de 1995.
- Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH 2022-2040.
- Pacto de Governança da Água.
- Diagnóstico da CODEVASF (2020).